

A LEITURA E SEUS EFEITOS DE SENTIDO: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Ângela Maria Alves Lemos JAMAL
Luciani DALMASCHIO

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

angela.jamal@ig.com.br

lucianidalmaschio@gmail.com

Resumo: Este trabalho fundamenta-se nos estudos desenvolvidos pela Semântica da Enunciação acerca do modo como se estabelece a produção de sentido em determinada situação enunciativa. Ao falarmos em produção de sentido, trazemos à tona para nossas discussões a questão da leitura. A esse respeito, discutimos o caráter polissêmico da noção de leitura, distinguindo alguns sentidos sob os quais ela pode ser tomada, de modo a elegermos dentre esses conceitos aquele com qual desenvolveremos nossas análises. Dessa forma, adotamos como pressuposto a teoria de que a leitura deve ser entendida como processo de atribuição de sentidos. Nossas análises distanciam-se de uma posição referencialista sobre significação. Para nós, o sentido está posto como uma questão enunciativa e se constitui sócio-historicamente a partir de um acontecimento do dizer, tornando-se, dessa forma, uma realização discursiva. Sendo assim, entendemos que os limites da produção de sentido situam-se num *continuum* entre uma leitura razoável (limite mínimo de sentido) e leituras possíveis (limite máximo de sentido) de um texto, limites esses regulados pela história dos dizeres. Acreditamos que a contribuição dessa proposta para o ensino de leitura diz respeito à ampliação das possibilidades de produção de sentido, desfazendo a ideia da significação como algo absoluto.

Palavras-chave: leitura; efeitos de sentido; semântica da enunciação.

Este artigo fundamenta-se nos estudos desenvolvidos pela Semântica da Enunciação acerca do modo como se estabelece a produção de sentido em determinado acontecimento enunciativo. Entendemos, conforme Guimarães (2002), que a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua. Sendo assim, trabalhamos com o pressuposto de que a significação ancora-se discursivamente em um acontecimento enunciativo.

Ao falarmos em produção de sentido, trazemos à tona para nossas discussões a questão da leitura, vista sob várias perspectivas por parte de alguns teóricos. A esse respeito, Orlandi (1993) apresenta o caráter polissêmico da noção de leitura, distinguindo alguns sentidos sob os quais a leitura pode ser tomada.

Para a autora, em uma acepção mais restrita, a leitura pode ser vinculada à alfabetização, ou seja, à estrita aprendizagem formal, à aprendizagem de ler e escrever, em termos de escolaridade.

No entender da teórica, ainda apresentando um caráter de restrição, a leitura também pode ser analisada sob a concepção de “leitura de mundo” e sob a ótica de construção de um “aparato teórico e metodológico de aproximação de um texto”. (ORLANDI, 1993, p.7). No primeiro caso, a leitura aproxima-se da ideia de ideologia, do arcabouço de que o sujeito lança mão, inconscientemente, para significar. Já no segundo, refere-se às possibilidades de sentido construídas a partir de determinado texto teórico. Para ilustrar, a autora cita como exemplo as “várias leituras de Saussure, as possíveis leituras de um texto de Platão, etc.”. (*op cit.*)

Orlandi postula, ainda, uma concepção mais ampla do termo leitura, que “pode ser entendida como atribuição de sentidos.” (ORLANDI, 1993, p.7). Por essa concepção, tanto o texto oral, quanto o escrito são passíveis de serem interpretados, tanto situações formais ou informais de linguagem são passíveis de serem compreendidas, ou seja, a leitura passa a ser vista por uma perspectiva discursiva. É essa, pois, a filiação teórica que assumimos como referência para as discussões aqui apresentadas.

Vale ressaltar que ao trabalharmos com a concepção de leitura como atribuição de sentidos, torna-se necessário definir o que entendemos por *sentido*. Várias foram as roupagens conceituais atribuídas ao sentido na história da semântica. Uma delas pressupõe que ele se constitui na relação entre os elementos linguísticos e o mundo. Essa é uma perspectiva de análise referencialista que orienta uma semântica de base formal.

[...] as semânticas formais colocam a questão do sentido como uma relação com o mundo, com os objetos. Ou seja, são semânticas que consideram que o sentido de um enunciado linguístico é o que ele representa do mundo, dos objetos, de um estado de coisas. (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

Tomemos como exemplo o enunciado:

- (1) Em sua *cadeira*, cuidadosamente esculpida, se punha, todas as tardes, a ver o mar.

Em uma análise referencialista, a atribuição de sentido dada à palavra *cadeira*, assumiria valor de verdade na medida em que a referência fosse considerada na relação da linguagem com o objeto. Ou seja, cadeira passará a significar como verdade em (1) se o objeto para o qual ela aponta realmente existir no mundo. Dito de outra forma,

- (2) cadeira =



Figura1: Referente do substantivo cadeira
Fonte: Imagem retirada do Google¹

Dessa forma, há um certo desconforto para tomarmos, diante dessa perspectiva teórica, como referentes da palavra cadeira os exemplos a seguir:

¹ http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbm=isch&sa=1&q=cadeira&oq=cadeira&aq=f&aqi=g10&aql=&gs_sm=e&gs_upl=77746179131101793701710101013151127510.3.2.116

(3) cadeira =



Figura 2: Referente do substantivo cadeira
Fonte: Imagem retirada do Google²

(4) cadeira =



Figura 3: Referente do substantivo cadeira
Fonte: Imagem retirada do Google³

(5) cadeira =



Figura 4: Referente do substantivo cadeira
Fonte: Imagem retirada do Google⁴

² http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbn=isch&sa=1&q=cadeira&oq=cadeira&aq=f&aqi=g10&aql=&gs_sm=e&gs_upl=7774617913110179370171010101013151127510.3.2.116.

³ Idem.

⁴ Idem.

(6) cadeira =



Figura 5: referente do substantivo cadeira

Fonte: Imagem retirada do Google⁵

Desconforto maior seria causado se considerarmos para a definição do par sentido-referência o exemplo (7).

(7) cadeira =



Figura 6: Referente do substantivo cadeira

Fonte: Imagem retirada do Google⁶

Entretanto, não podemos negar que as semânticas de base formal consideram na concepção de sentido um certo aspecto de exterioridade. Mas, não se trata de uma exterioridade que se faz presente de maneira definitiva no processo de significação, já que para os lógicos o sentido está no linguístico e, apenas se for necessário, aspectos externos à língua são convocados a participar do processo de significação.

Em (1), a palavra *cadeira*, em sua acepção estritamente linguística, não poderia associar-se referencialmente a (7). Para atribuição de sentido à palavra *cadeira* em (1), tomando como seu referente o local onde a pessoa se assenta em (7) é necessário, para os lógicos, trazer à cena aspectos externos à língua. Sendo assim, essa associação da interioridade e da exterioridade linguísticas, percebidas nesse modo de se considerar a significação, não é suficiente para descaracterizar a transparência do sentido dos signos, uma

⁵http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbm=isch&sa=1&q=cadeira+de+pedra&oq=cadeira+de+pedra&aq=f&aqi=g1&aql=&gs_sm=e&gs_upl=26462512660101012662251919101111012191124711.5.218. Acesso em 20.07.11.

⁶http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=ptBR&biw=1280&bih=885&gbv=2&tbm=isch&sa=1&q=homem+sentado+vendo+o+mar&oq=homem+sentado+vendo+o+mar&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=e&gs_upl=5537216025010160503125124101171171013571148310.3.2.217. Acesso em 20.07.11.

vez que o sentido, nessa concepção, é uma imagem mental coletiva, patrimônio, portanto, de mais de um, é aquilo que se faz independente das representações das individualidades.

Em síntese, numa perspectiva referencialista, o sentido pode ser constituído a partir dos elementos internos da materialidade linguística, associados às situações do mundo com as quais esses elementos se relacionam.

De acordo com o princípio de que estamos partindo, entendemos que

[...] uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a referência, ou seja, a relação das palavras com algo que está fora delas. No entanto, ao contrário de uma posição referencialista [...], a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Ou seja, só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra a outra palavra. (GUIMARÃES & MOLLICA, 2007, p. 77).

Diante do exposto, é possível afirmar que o sentido de um enunciado são os efeitos de suas enunciações. Retomemos o exemplo (1). A palavra *cadeira*, como parte integrante daquele enunciado poderia, em uma perspectiva enunciativa, assumir os contornos referenciais propostos tanto de (1) a (6), quanto em (7), sem que para isso fossem convocadas entidades externas à materialidade linguística. Expliquemos melhor, é na relação com a história de suas enunciações e com os outros elementos constitutivos do próprio enunciado, que *cadeira* encontra escopo referencial capaz de proporcionar a ela os efeitos de sentido necessários à condição de significar em diversos acontecimentos enunciativos. Ou seja, no domínio sócio-histórico de suas regularidades de sentido, *cadeira* é significada como lugar onde se assenta, conforme ocorre em (7). No que se refere à relação entre a palavra *cadeira* e os elementos linguísticos presentes em (1), como os segmentos *esculpida cuidadosamente* e *se punha a ver o mar*, é possível dizer que essa relação amplia o domínio referencial de *cadeira* de modo que, o que é demonstrado em (7) seja considerado possível enquanto efeito de sentido.

O sentido está posto, portanto, como uma questão enunciativa e se constitui sócio-historicamente a partir de um acontecimento do dizer, tornando-se, dessa forma, uma realização discursiva. “Não se trata, assim, da historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos.” (ORLANDI, 2004, p.55).

Para nos instalarmos nesse campo de reflexão, cumpre falarmos, ainda, sobre o papel do sujeito no processo de atribuição dos sentidos. Não se pode separar o sujeito da história, bem como da relação que ele mantém com as recorrências linguísticas. Assim, estamos considerando o lugar do linguístico como um espaço caracterizado pelo recorte de sentido realizado pelo sujeito. Dessa forma, diante de um texto, o sujeito pode construir uma rede de significações cujos sentidos são sócio-historicamente produzidos e interpretados como naturais. Por essa via de análise, *cadeira* poderá assumir, naturalmente, os sentidos de (2) a (7). Esse processo de tornar naturais determinados sentidos e não outros é que consideramos atributos da posição social assumida pelo sujeito da enunciação.

Sendo assim, consideramos que o processo de atribuição de sentido se dá como o lugar de relação entre o sujeito (autor/leitor) e a língua (materialidade textual). Marcamos, assim, um dos pontos centrais da discussão aqui estabelecida. Para nós, o gesto de interpretação se concretiza na relação autor/leitor/texto.

A esse respeito, acatamos as ideias de Orlandi (1993), ao afirmar que não se pode considerar a existência de um autor onipotente, um leitor onisciente e um texto transparente. Tampouco, se pode negar a incompletude de sentido no processo de produção da leitura. Para

prossequirmos nessa análise, tomemos como exemplo o poema *No caminho do caminho*, de Carlos Drummond de Andrade.

(8) No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 tinha uma pedra
 no meio do caminho tinha uma pedra.
 Nunca me esquecerei desse acontecimento
 na vida de minhas retinas tão fatigadas.
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 no meio do caminho tinha uma pedra. (DRUMMOND, 2009, p.22)

Em entrevista, o autor dá o seguinte depoimento: “colecionei e publiquei tudo o que se escreveu sobre a pedra no caminho, pró e contra, (...) pois a essa altura a pedra havia assumido aspectos existenciais e filosóficos que nunca me passaram pela cabeça.” (DRUMMOND *apud* SOUSA, 2011). Essas palavras ilustram a primeira negação exposta no parágrafo anterior acerca da onipotência do autor. Ao afirmar que a palavra *pedra* assumiu contornos de significação distintos e diversos daqueles pensados por ele, Drummond possibilita que seja confirmada a teoria de que o sujeito-autor não é, por si, isoladamente, capaz de controlar os efeitos de sentidos suscitados historicamente pelo texto.

No que se refere à onisciência do leitor e à transparência do texto, um outro exemplo pode ser usado como análise. A letra da canção de Azevedo e Vandr  (1993), *Canção da Despedida*, é uma forma de demonstrar que não se pode considerar a onisciência do leitor como constitutiva do sentido, uma vez que, conforme explicitado a seguir, a música pode assumir, pelo menos, dois efeitos de sentido distintos, dependendo do recorte histórico realizado no ato da leitura.

(9) Canção da Despedida

Já vou embora
 Mas sei que vou voltar
 Amor não chora
 Se eu volto é pra ficar
 Amor não chora
 Que a hora é de deixar
 O amor de agora
 Pra sempre ele ficar
 Eu quis ficar aqui
 Mas não podia
 O meu caminho a ti
 Não conduzia
 Um rei mal coroado
 Não queria
 O amor em seu reinado
 Pois sabia
 Não ia ser amado

Amor não chora
 Eu volto um dia
 O rei velho e cansado
 Já morria
 Perdido em seu reinado
 Sem Maria
 Quando eu me despedia
 E no meu canto lhe dizia

Um primeiro efeito é aquele que considera a letra da canção como símbolo de uma despedida amorosa involuntária entre um casal apaixonado. Entretanto, ao considerarmos o momento histórico em que o texto foi produzido (período da Ditadura Militar), bem como a filiação política assumida pelos compositores, imediatamente, outro efeito de sentido emerge como possibilidade de leitura: trata-se mesmo de uma despedida de amor, mas agora configurada entre uma pessoa e sua pátria. Ou seja, trata-se de um exílio.

A explicação dada anteriormente ganha ancoragem no fato de que os sentidos de um texto não se encontram apenas na superfície textual, “que diria por si toda (e apenas uma) significação” (ORLANDI, 1993, p.11), tornando o texto transparente. Como já mencionado aqui, a posição social assumida pelo sujeito da enunciação está diretamente associada à produção de sentido, fazendo com que seja desconsiderada, também, a onisciência do leitor nesse processo, uma vez que sujeitos históricos e que ocupam posições sociais distintas dele participam. Portanto, “saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente.” (*op. cit.*).

Entretanto, decorre da afirmação anterior

o difícil limite a ser traçado na relação de interação que a leitura envolve: aquilo que o leitor não chegou a compreender, o mínimo que se espera que seja compreendido (limite mínimo) e aquilo que ele atribui indevidamente ao texto, ou seja, aquilo que já ultrapassa o que pode compreender (limite máximo). [...] o risco para menos, da leitura parafrástica e o risco para mais, da leitura polissêmica. (ORLANDI, 1993, p.43).

Na tentativa de entendermos melhor esse limite, postulado pela autora, passemos a analisar o cartum que segue.

(10)



Figura 7: Cartum

Fonte: Imagem retirada do Google⁷

⁷ http://www.Google.com.br/search?um=1&hl=pt-BR&biw=1280&bih=885&tbn=isch&sa=1&q=sinvaldo+charges&oq=sinvaldo+charges&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=e&gs_upl=60181740010177821121510110111332168412.0.1.114 . Acesso em 20.07.11.

Em um limite de leitura, entendido por Orlandi como parafrástico, se deveria produzir, em relação a (10), minimamente, o sentido de que se trata de uma crítica à situação de violência vivida, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro. Isso pode ser comprovado pela presença do Corcovado; de pessoas armadas, com aparência de assaltantes e/ou criminosos; de favelas, enfim por diversos recursos não-verbais. O aspecto verbal complementa a ideia de violência quando naturaliza o mérito daquele que agiu de forma mais ousada. Vale ressaltar que essa *aparente* evidência, só encontra concretude porque ao lado de toda materialidade discursiva, descrita anteriormente, está posta em cena uma história que aponta estatísticas de violências das mais diversas ordens naquele local.

Contudo, para além desse efeito de sentido, outros tantos podem ser possíveis na relação leitor/autor/texto, uma vez que entram em jogo novas cenas históricas de significação. Cenas essas que permitem um deslizamento de sentido e regulam o limite da leitura mínima e da leitura máxima do texto.

Por exemplo, é perfeitamente aceitável que se associe à crítica sobre a violência os Jogos Olímpicos que acontecerão no Rio de Janeiro, em 2016. O pódio, as medalhas, os atletas e a premiação, legitimam essa leitura. Não se pode negar, entretanto, que o acontecimento histórico *Olimpíadas* apresenta uma regularidade discursiva menos marcada na memória dos dizeres dos leitores. Ou seja, trata-se de um construto interpretativo que exige maior elaboração de leitura, de modo a que seja construída uma teia relacional de sentido, fazendo surgir um novo dizer acerca do acontecimento enunciativo (10), que poderia assim ser descrito: um país que não consegue lidar, internamente, com seus problemas sociais, não está apto a sediar um evento mundial. Essa poderia ser uma aproximação daquilo que consideramos o limite máximo de sentido de uma leitura polissêmica (ORLANDI, 1993), no que se refere à interpretação do cartum analisado.

Na tentativa de visualizarmos melhor as ideias aqui apresentadas sobre os limites de sentidos de um texto, ilustramos a seguir um contínuo de significação que poderia ser assim estabelecido:

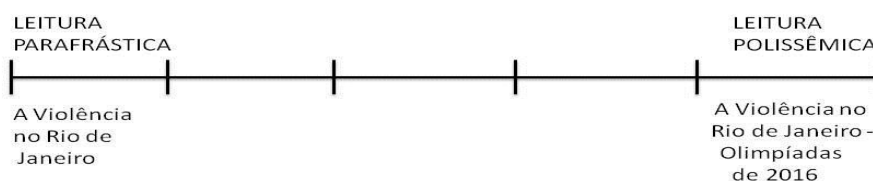


Figura 8: Contínuo de efeitos de sentido
Fonte: Elaborado pelas autoras

É preciso salientar, mais uma vez, que estabelecer o limite mínimo e máximo dos efeitos de sentidos passíveis de serem produzidos em determinada leitura, não é uma tarefa fácil. Tampouco essa é a pretensão que nos move nesse trabalho.

O que reafirmamos é a perspectiva de que o sentido não pode ser visto como algo pontual, evidente, e sim como um construto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas. Trata-se, portanto, de algo relacional, algo que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido.

Sendo assim, o que propomos é um trabalho com leitura que permita perceber o sentido não como algo previsto e determinado, conforme assumido por uma posição referencialista da linguagem, mas como algo que pode deslizar nas possibilidades asseguradas enunciativamente pela historicidade que o sustenta.

Entendemos que a contribuição dessa proposta para o ensino escolarizado da leitura diz respeito à ampliação das condições de produção de sentido, uma vez que permite ao leitor um passeio por um contínuo de possibilidades históricas de significação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Geraldo; VANDRÉ, Geraldo. *Minha História*. Rio de Janeiro: Polygran. CD 14 faixas, digital. 1993.

DRUMMOND, Carlos. *Nova reunião: 23 livros de poesia*. vol. 1. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, E. & MOLLICA, M.C. (orgs.) *A palavra – forma e sentido*. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1993.

ORLANDI, E. *Interpretação - Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

SOUSA, Wilker. *A pedra reiterada*. 07 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/02/a-pedra-reiterada/>. Acesso em 18/07/2011.